

## O empobrecimento da economia como instrumento a partir da abordagem técnica e factualista/materialista

*Gabriel Fernandes Mafioletti*<sup>1</sup>

*Fabrcio Pontin*<sup>2</sup>

### 1 Introdução

Pelo menos desde antes do que se convencionou chamar de filosofia antiga a organização humana é objeto de deliberação para o convívio pacífico em sociedade em prol da prosperidade daquele coletivo. Durante o período clássico da Grécia Antiga desenvolve-se o imaginário da arte de coordenação das diversas divisões e especialidade da pólis facilitando a organização dela. A economia aparece então como ferramenta para pensar a alocação e distribuição de recursos para melhoria da vida dos cidadãos em geral.

Porém, com o passar dos anos surgiu uma especialização da economia que pode ser chamada técnica, passando a focar na construção de modelos e métodos de análise das trocas e distribuições realizadas entre seres humanos e nações permitindo a manipulação destes processos. O desenvolvimento destas análises usualmente referenciadas e baseadas na atuação de entidades privadas, conforme suas orientações e interesses eventualmente passou a ser incorporada no processo de tomada de decisões em governos mundo afora, a fim de definir sua atuação.

---

<sup>1</sup> Bacharelado em direito, Universidade LaSalle (UNILASALLE), gabriel.201820300@unilasalle.edu.br.

<sup>2</sup> Professor - Universidade LaSalle, Escola de Direito e Política/PPG em Educação PhD (Philosophy), Southern Illinois University | Institute of International Education Fellow (2008-2012), fabricio.pontin@unilasalle.edu.br.

A abordagem atualmente construída sob modelos matemáticos há tempos afastou-se da origem apontada, mesmo inserida no âmbito estatal continuou a valorizar concentração e foco em resultados como diretrizes de atuação. A partir da análise feita neste trabalho tanto das tendências tomadas quanto das características da base informacional adotada tornou-se possível compreender como a especialização cada vez mais aguda mostrou-se eficiente para tratamento de bens privados. No entanto, apesar destes sucessos a simples transposição de métodos para o manejo de recursos públicos nem sempre se mostra tão eficiente. Observamos que parte importante deste fracasso pode ser referenciado à pobreza dos dados tratados, resultado de anos de simplificações acríticas sofridas no âmbito das observações econômicas.

Esta cegueira produto de determinada arrogância metodológica reforça-se na medida em que dados baseados em teorias normativas são tratados como fatos que justificam a desclassificação de dados empíricos, contribuindo cada vez mais para falta de correspondência entre modelos e realidade especialmente no tocante a políticas públicas. Esta tendência afirma apontamentos em relação ao modo como informações são encaradas na elaboração modelos de tomada de decisão, já que sob o viés materialista nega-se possibilidades imateriais ou tão circunstanciais que são dificilmente passíveis de consideração, excluindo aspectos e parcelas importantes de interações sociais.

## **2 Desenvolvimento**

### **2.1 Abordagens possíveis**

Amartya Sen explica que os estudos econômicos possuem duas origens. Ambas políticas, mas relacionadas de maneiras diferentes (SEN, 1987, p. 2-3). A primeira poderia ser traçada à Aristóteles, de modo que

Aristotle relates the subject of economics to human ends, referring to its concern with wealth. He sees politics as 'the master art'. Politics must use 'the rest

of the sciences', including economics [...]. The study of economics, though related immediately to the pursuit of wealth, is at a deeper level linked up with other studies, involving the assessment and enhancement of more basic goals. (SEN, 1987, p. 3)

não sendo exagero algum dizer que, nestes termos, a economia pode ser considerada uma ferramenta da política para a melhora da vida (ou da qualidade de vida) dos seres humanos e da sociedade em geral. Nesta linha as ciências políticas (em sentido aristotélico) se preocupariam com duas principais questões. Primeiro o modo como as pessoas deveriam viver, reconhecendo consequências das ações humanas, pensando em relação a um dever ser. Segundo, a preocupação com o bem humano, interessante para o indivíduo na medida em que este compõe o todo e corpo político, mas ainda mais ampla e importante ao Estado (ARISTOTLE, 2009).

O estudo da economia como ferramenta ao pensar no viver bem é o que Sen (1987, p. 3) chama de abordagem ética (*ethical approach*, no original) da economia, ou pelo menos a isso está profundamente relacionado. Os conceitos expostos acima serão importantes mais a frente, mas, por enquanto, é importante entendermos este papel de ferramenta avaliativa e agregadora de valor dessa abordagem a atuações frente a relações institucionais e pessoais que a economia tem (principalmente) para com o Estado. Afinal existe um grande compromisso que remete a concepções muito antigas de organização social como método de alcançar melhores condições de vida para todos os sujeitos envolvidos, logo, é necessário pensar de modo instrumental como titularidades devem ser distribuídas e restringidas. Este debate não deve permanecer restrito a gabinetes de filosofia e estudos descritivos, mas sim serem tratados segundo concepções e necessidades reais, assim como muitas vezes as demandas e organizações de mercados e finanças o foram com muito sucesso, deve-se destacar.

Enquanto isso na mesma obra é apresentada outra origem da economia, a abordagem técnica (*engineering approach*, no original). Esta segunda possui interesses mais voltado a questões mais concretas/menos

abstratas, ou seja, busca compreender como os processos de transformação e manutenção de bens funcionam, estudando métodos de tratá-los de modo obter o melhor resultado possível em termos de eficiência. Após compreendidos os fenômenos de produção e geração de riqueza, no meio econômico tenta-se desenvolver modelos que expliquem o modo como o mundo funciona, na maioria das vezes na forma de funções ou equações, para assim podermos mudar as variáveis na entrada de modo a obtermos o que queremos na saída.

Um objetivo importante desta abordagem é que historicamente tornaram-se modo de condução dos estudos com objetivo de maximizar a produção, ou torná-la mais eficiente, aspecto historicamente valorizada entre os adeptos desta corrente. Para nossos fins talvez seja interessante definir eficiência. Por eficiência podemos tomar a capacidade de uso de menor número possível de recursos para obtenção de maior número possível de produto naquela relação. Podemos dizer que, dado  $N$  como o rendimento,  $P_i$  os produtos na entrada e  $P_o$  os bens (ou produtos resultantes) na saída, ambos transformados em parâmetros comparáveis, como, por exemplo, valores monetários, podemos considerar  $N = P_i/P_o$ . Quanto menor o número resultante em  $N$ , maior a eficiência, considerando conhecidas as limitações. Podemos dizer que a abordagem técnica, além de buscar “aumentar o  $P_o$ ”, também busca formas de fazer com que desta relação resulte um número cada vez menor, ou seja, aumentar a disposição total de bens resultantes a partir do menor número de produtos, ou seja, ser eficiente.

É inegável a contribuição destes estudos para a prosperidade material da humanidade (SEN, 1987), porém houve com o passar dos anos um afastamento ou desconexão entre estas duas abordagens. O principal resultado foi um empobrecimento da economia como um todo, de modo que usualmente os estudos econômicos são vistos simplesmente como uma agregação de dados para aumento da eficiência e observação de cenários, totalmente desconectado de análises morais preocupadas com a melhora da sociedade em geral. Analisando a conjuntura de cerca de 30 anos atrás

(mas que representa muito bem a atual) pode-se dizer que os desenvolvimentos desta abordagem técnica

been possible *despite* the neglect of the ethical approach, since there are important economic logistic issues that do call for attention, and which can be tackled with efficiency, up to a point, even within the limited format of a narrowly construed non-ethical view of human motivation and behaviour (SEN, 1987, p. 8)

Apontados estas questões, gostaria de indicar dois grandes [1 e 2] (embora não únicos) resultados/problemas deste afastamento.

[1] Apesar de as análises utilizarem um parâmetro interessante para visualização de orientação e comparação entre opções, a utilidade, os modelos usuários deste parâmetro são pouco explicativos e isto se deve principalmente ao constante trabalho de simplificação e abstração do comportamento humano em vias normativas que em diversos campos passou a ser tomada como descritiva. Isto causou uma desconexão grave entre os estudos e a realidade social. Estas presunções normativas de atuação humana individual possuem clara influência nas análises envolvendo instituições públicas, algo não necessariamente interessante para a atuação governamental.

Por exemplo, em curvas clássicas de análise de oferta e demanda, quando determinado ator não consegue oferecer serviços segundo os preços que o mercado definiu como mínimos sua empresa vai à bancarrota. Porém quando o único bem/serviço que este ator possui é sua mão de obra, o mínimo que ele necessita é o necessário para sua sobrevivência, e se a mão de obra que ele dispõe é menor que este mínimo ele não simplesmente vai à falência e sim falece em decorrência da sua incapacidade de manter sua subsistência básica. Talvez em um gráfico isto seja somente uma consequência de ele ter passado de determinado ponto, sendo fácil

confundir vidas e empresas, mas quando existem opções mesmo que custosas é totalmente eticamente justificável agir a fim de diminuir a eficiência, mas salvar vidas<sup>3</sup>.

Deste modo, reduzindo a análise a um único fator, utilidade<sup>4</sup>, e objetivando apenas o “melhor” resultado a economia deixa de prestar atenção a diversos outros fatores dos processos que não contribuíram para o resultado (SEN, 1997). Este tópico será melhor discutido adiante, mas por enquanto é importante entendermos que [1] o afastamento da abordagem ética causou uma generalização da economia não como instrumento, mas como arte própria (utilizando as palavras de Aristóteles) que, ao invés de aplicada com suas devidas ressalvas tornou-se método de pensamento e solução, usualmente sem as reflexões necessárias quando transportados, por exemplo, para análise de políticas públicas.

As inegáveis contribuições da abordagem técnica poderiam sim ser utilizadas em diversos outros campos, da análise de viabilidade e impacto de políticas públicas a estratégias de macro e micro gerenciamento, mas não pela simples transposição, e sim por meio de cuidadosos estudos. No polo oposto, é altamente possível que diversos cuidados apontados por autores da abordagem ética como Adam Smith e Stuart Mill podem enriquecer as análises da abordagem técnica, tornando-as muito mais interessantes.

O segundo efeito [2], muito mais claro e direto deste afastamento, é a falta de sucesso da economia em efetivamente pensar na alocação e realocação de recursos como modo de melhorar a vida das pessoas e da sociedade em geral. Embora as preocupações de ambas as abordagens possam convergir, uma não necessariamente carrega a outra consigo. Colocar em debate suposições e objetivos que a economia instrumentalmente persegue pode ser algo extremamente inteligente a se fazer, inclusive em

---

<sup>3</sup> Embora realmente exista uma relação entre aumento de eficiência e melhor distribuição, cabe dizer que isto é diferente de melhorar a vida das pessoas, ou criar um mínimo, ou aumentar a riqueza de modo geral.

<sup>4</sup> Apesar de sua origem o conceito de utilidade sofreu um constante empobrecimento com o passar do tempo, a fim de facilitar sua utilização em modelos.

termos político, principalmente quando pensamos em termos de desenvolvimento não somente econômico, mas humano e social<sup>5</sup>.

## 2.2 Base informacional

Isto nos leva a outro ponto importante, extensamente referido, mas ainda necessário ao abordarmos críticas futuras que pretendo fazer sobre métodos de análise de políticas públicas, também trazendo alguns pontos no que toca às teorias mais modernas, ainda, aquelas inseridas sob perspectiva econômica neoliberal. Para que esta parte técnica da economia possa analisar, planejar e indicar eventos e ações é necessário que algum parâmetro de medida exista, afinal, como decidir o que é melhor? Precisamos de uma medida unitária que permita comparar, por exemplo, ouro e chocolate. O consenso de medida é a utilidade. Podemos dizer que modernamente utilidade é encarado como uma medida de satisfação pessoal para o agente que faz a escolha de modo que, uma vez observados os bens/serviços que possuem maior utilidade para o agente, este os buscará. Deste modo, reduzindo diversos aspectos da tomada de decisão a um valor de utilidade (inter ou intra pessoal) seria possível entender o que aquele ator quer (e conseqüentemente deseje) em um ranking simples.

Entendo que apesar de existirem concepções ordinalistas e cardinalistas de utilidade esta distinção é irrelevante para os fins aqui apresentados, já que minha intenção é apontar o caráter reducionista da utilidade como métrica. Tanto suposições de utilidade como boa representação de qualquer sentimento quanto a abstração que considera incentivos financeiros como modo universalizável de comparar preferências inter ou intra sujeito<sup>6</sup> acabam demonstrando certa preguiça metodológica ao reduzir universos inteiros que mesmo em condições simples necessitam de outros elementos.

---

<sup>5</sup> Imagino não ser necessário argumentar em favor de liberdades individuais e do valor da liberdade para o desenvolvimento, dado o extenso trabalho inclusive compilado por Amartya Sen (2010).

<sup>6</sup> Práticas comuns nos estudos classificados como pertencentes à abordagem técnica.

Inicialmente, o ponto mais básico refere-se à interpretação do desejo. Via de regra pesquisadores que tomam por métrica a utilidade possuem dois métodos de informar-se sobre qual item dentro de determinado conjunto possui maior utilidade para o tomador de decisão: observação ou declaração. Mesmo assumindo que observação seja um bom método de percepção de preferências, tendo o mesmo valor que uma declaração<sup>7</sup>, algumas pontuações devem ser feitas em relação a preferência. Tomar que, por qualquer meio que seja, exista a possibilidade de estar informado a respeito da preferência de determinado agente parece ser no mínimo presunçoso. Na verdade, existem razões diversas para acreditarmos que na verdade a escolha ou declaração efetiva não simboliza um elemento favorito dentro do ranking do ator, inclusive pelo alto grau de circunstancialidade envolvido quando falamos em ordenação de preferências<sup>8</sup>, fator usualmente agravado pela simplificação conceitual que a utilidade sofreu.

Estas observações referidas como método de preferência revelada têm como um de seus critérios a consistência na atuação de agente para se concluir a respeito das preferências. Mesmo que fosse possível ao observador descobrir qual efetivamente é o elemento preferido do agente existem tantos fatores circunstanciais possivelmente interferentes na ordenação de preferências que estas concepções de análise parecem ser pouco úteis na medida em que a complexidade de diferentes ordenações geradas não é comportada pelos modelos atuais (SEN, 1973).

Alguns desses pontos já foram discutidos (KAHNEMAN & TVERSKY, 1986), sendo inclusive relaxados e acrescidos então novos aspectos a respeito das teorias clássicas. Porém, nestes novos modelos (e aqui me refiro, especialmente a *prospect theory* e estudos relacionados) persistem os problemas da suposição quanto à factualidade e método de captação de informações. Saídas interessantes são eventualmente sugeridas<sup>9</sup>, embora

---

<sup>7</sup> Conforme já exposto por Mafioletti e Pontin (2019).

<sup>8</sup> Ainda mais considerando a falta de verificação empírica destas afirmações.

<sup>9</sup> Como por exemplo as sugestões colocadas por Goldin e Reck (2020).



seus esforços direcionem-se no sentido de continuar relaxando critérios de teorias clássicas, tornando-as menos restritivas em relação à abrangência de classes de dados inseridos para análise<sup>10</sup>. Estes esforços, no entanto, parecem ser dificultados (ou até inutilizados) pela forma como estes dados são encarados, como fatos absolutos, não passíveis de interpretação.

Um ponto importante quando falamos em análises que envolvem utilidade relacionados à análises da abordagem técnica é que estes desenvolveram-se observando certos preceitos, conceitos e objetivos próprios das relações entre indivíduos e instituições privadas. Na maioria dos muitos casos os avanços técnicos dos estudos econômicos são extremamente relevantes, úteis e pertinentes, porém em diversos outros observa-se uma simples transposição de estudos desenvolvidos sob o prisma da atenção privada aplicadas ao desenvolvimento de políticas públicas. A utilização destes conceitos varia de pesquisas que buscam observar ou sugerir atuações a partir da comparação de custo-benefício até análises de valores de indenizações no meio judiciário<sup>11</sup>.

A criação de modelos para predição de comportamentos e reações, inclusive via tomada de decisão é uma ferramenta extremamente interessante para análise de políticas públicas tanto quanto para orientação em cenários privados. Porém, é necessário que se compreenda as especificidades destes dois campos de atuação já que os benefícios e modo de usufruto de bens é diferente nesses dois âmbitos. Bens disponíveis publicamente (quais são eles dependerá de cada contexto) são tratados e necessariamente acessados de modo diferente em relação a espaços e bens privados. A disponibilidade, distribuição e acesso destes bens em âmbito público deve ser pensada a partir de suas peculiaridades, nos proporcionando melhores métodos de alavancar o desenvolvimento humano e econômico.

Uma das características das propostas tradicionalmente sugeridas para atuação (característica essa construída e atrelada de forma inseparável ao utilitarismo na perspectiva econômica neoclássica) é o foco nos

---

<sup>10</sup> Em termos de metodologia (indutiva) algo como um aperfeiçoamento das evidências coletadas.

<sup>11</sup> Como pode ser bem observado nos trabalhos desenvolvidos por Sunstein (1996, 2007).

resultados. Usualmente empresas e instituições se beneficiam de processos que maximizem seus lucros (seu objetivo) já que assim criam mais possibilidades e se desenvolvem. Porém, também usualmente exclui-se do processo fatores descartáveis. Quando falamos em processos privados, em uma análise extremamente simples temos que o lucro  $L$  é o preço de venda  $PV$  decrescido do custo de produção  $CP$ , a ver

$$L = PV - CP.$$

Estando  $PV$  fora do controle do produtor, ao menos em mercados relativamente livres, resta a quem produz diminuir  $CP$  se quiser maximizar seus resultados.

Dado que, de forma extremamente simplificada  $CP$  é dado pelos custos em mão de obra  $MO$ , custos em termos de matérias primas  $MP$  e custos gerais  $CG$ , temos que

$$CP = MO + MP + CG.$$

O importante é que se possa diminuir um dos elementos integrantes de  $CP$  sem aumentar os outros. Pode-se, por exemplo, demitir técnicos que antes observavam o cotidiano da fábrica e implementavam procedimentos de segurança, até mesmo diminuindo a produtividade por trabalhador, fazendo a fábrica despender mais em  $MO$ . Eliminando este técnico diminui-se  $MO$ . É possível também diminuir  $CP$  comprando alguma matéria prima que seja menos custosa, embora libere substâncias nocivas, mesmo que em níveis totalmente aceitáveis, diminuindo  $MP$ . Outra opção para diminuir  $CP$  seria trocando alguns equipamentos de proteção por outros, como trocando uma máscara por outra que ainda elimine o incômodo provocado por certos vapores, embora não filtre tão bem as substâncias liberadas, diminuindo assim  $CG$ .

Todas estas modificações são plenamente aceitáveis e âmbito privado, ainda mais considerando a hipótese de que a qualidade de vida direta

destes trabalhadores não será imediatamente afetada por estas modificações e os mesmos estão cientes das condições envolvidas. Porém, é necessário lembrar que, apesar de dentro das esferas de interesse privado não existir nenhum dano para os agentes envolvidos, existem fatores que não são levados em conta, como custos de tratamentos para sustentação da qualidade de vida destes trabalhadores na terceira idade. O administrador não é diretamente afetado pelo aumento de gastos governamentais de saúde (GS) decorrentes de sua atuação direta e talvez os trabalhadores não estejam informados ou consigam conceber os danos causados a longo prazo, dados seus ganhos imediatos e prejuízos incertos em um futuro distante. Deste modo, a real descrição da operação que se está sendo feita é

$$L = PV - (CP + GS)$$

quando as alterações afetam a saúde destes trabalhadores a longo prazo.

Na perspectiva do administrador, GS é multiplicado por zero, sobrando apenas a expressão  $L = PV - CP$ , porém para o Estado este custo existe<sup>12</sup>, e cabe às instituições estatais observar dentro do processo para compreender a atuação e agir da melhor forma possível para que o administrador possa aumentar, sim, seus lucros, mas sob as limitações que são interesse do Estado que sejam observadas. Existem propostas de alargamento dos fatores envolvidos em análise de custo-benefício de políticas públicas, porém mesmo estas dão pouca atenção a processos que não afetam o resultado, dados os interesses agregados às medidas que utilizam utilidade.

Em alguns países, como o Brasil, existem políticas para impedir que estas decisões sejam tomadas. Existe a exigência da presença de técnicos de segurança de trabalho para que certas atividades sejam realizadas, mesmo que isto seja um gasto adicional tanto na contratação deste funcionário quanto pela eventual diminuição da produtividade média (embora

---

<sup>12</sup> Mesmo considerando que o Estado ganha percentual variável positivo em todos os processos é necessário lembrar com isso deve subsidiar ou manter GS e diversos outros serviços, que precisarão ser ampliados casos custos extras sejam criados e não queiram ser arcados pela iniciativa privada.

em muitas atividades o técnico em segurança de trabalho seja financeiramente benéfico para a empresa). Existe também o controle em termos de substâncias liberadas em diversos processos, além da exigência da utilização de EPIs. Todas estas condições impostas são exemplos de políticas públicas (mesmo que tímidas, em muitos casos) para diminuição dos ônus gerados ao sistema público, já que é desperdício na verdade gastar dinheiro público para reparação de danos que na verdade poderiam ser impedidos pela colocação de condições na adaptação de fatores de custos de produção por parte do Estado, todavia, ainda assim, permitindo que os agente privados atuem.

Na análise de aumento de produtividade (e conseqüente lucro) do proprietário (e conseqüente maior arrecadação por parte do Estado) é legítimo que ele dê atenção aos resultados, pois é seu fim. Porém, ao Estado, cabe observar o processo pelo qual chega-se a determinado resultado pois, ainda no exemplo citado, falta de regulamentações trabalhistas tem a capacidade de criar um enorme prejuízo em termos de saúde pública (considerando que os governos não abandonarão seus cidadãos) caso as instituições privadas não estejam dispostas a arcar com estes prejuízos ou pequenos fatores de diminuição de produtividade.

Existem argumentos (SUNSTEIN 2007, 2020) de que uma análise de custo-benefício com alargamento da quantidade de informações utilizadas permite a adoção de medidas mais inteligentes. Porém é notável nestas indicações a adoção de parâmetros grosseiros e dificilmente ajustáveis, inclusive desprovidos das ponderações éticas na valoração da vida e saúde de indivíduos. Os valores de cálculo atribuem valoração generosa em relação a vida, mas alto risco de morte é uma aceitação de pelo menos algum de mortes, na medida em que diversas fatalidades são em alguns casos evitáveis. Mesmo quando falamos de impactos negativo na saúde, mesmo incluindo nos cálculos os custos imputados ao Estado para manutenção desses indivíduos, é necessário que se faça um debate ético sobre a aceitabilidade de alto custo em termos de qualidade de vida e mortalidade para que se tenha um aumento mesmo que considerável na produtividade.

Ademais, é necessário observar que muitas vezes determinada dicotomia entre desenvolvimento material e saúde pública é na verdade falacioso. Desenvolvimento econômico necessita de trabalhadores e consumidores que, mesmo sem imputar custos ao Estado (por estarem mortos ou abandonados por este), se não consumirem, não geram desenvolvimento econômico.

Por último e talvez mais importante devemos considerar a pobreza da base informacional utilizada. É inegável que a escolha de um único parâmetro mensurável (ou pelo menos que permita a observação de algum ordenamento) traz diversos benefícios ao tratarmos tecnicamente diversos aspectos da vida em termos econômicos, mas isto não vem sem prejuízos. Além dos problemas que citei acima (podemos dizer, fundamentalmente, fruto da pobreza informacional) as limitações trazidas ao que se estabelece como utilidade são (ou deveriam ser), inclusive, fator de desconsideração deste tipo de restrição informacional (escolha de critério), ao menos quando falamos na análise de políticas públicas e não ganhos auto interessados.

O mais interessante seria uma pluralização da base informacional utilizada, sem supressão de termos eventualmente irrelevantes para determinado fim, e entendo que isto não vem sem custos, mas continuar agindo sem as devidas considerações é agir de forma irresponsável no manejo de recursos públicos e vidas. O alargamento da base informacional permitiria análises mais amplas e completas. Diversos campos atualmente complexificam-se na utilização de variáveis diversas e isto usualmente não é grande empecilho na elaboração de modelos. Por maior que seja a quantidade de dados inseridos ao tratarmos comportamento por meio de modelos estas informações acabam sendo reduzidas para utilidade (em termos de isoinformação). Estas características, já existentes na análise de preferências individuais torna-se desastrosa quando incluída no âmbito de políticas públicas.

Ainda em relação à base informacional utilizada, é necessário frisar além do empobrecimento da abordagem ética, também falta de atenção às

questões morais. Uma supervalorização (ou até valorização única) de incentivos e penalidades econômicas para direcionamento de comportamentos deixa de levar em consideração diversos outros fatores que poderíamos chamar de esfera moral. Afinal, incentivos financeiros são um parâmetro interessante para pesquisa e análise dado seu caráter de item único (ao contrário da moral, que não deve ser usada referenciada a uma medida única) permitindo comparações simples no tratamento de dados. No entanto comportamentos humanos não são reduzíveis a valores financeiros. Diversos ambientes políticos e laborais possuem uma ética de trabalho muito desconectada de incentivos financeiros<sup>13</sup>. Quando analisamos (principalmente) atuações de instituições públicas não existem motivos razoáveis para excluir questões éticas e morais (além das culturais), dado que fazem parte das motivações para atuação e possuem valor intrínseco de civilidade nas relações sociais atuais. A organização de mercado pode ter funcionado bem para a ética capitalista de Weber, porém os conhecimentos devem ser adaptados para aplicação em contextos onde as regras e comportamentos possuem outras motivações morais além daquelas permeadas na sociedade industrial protestante alemã. Tudo isso torna insustentáveis os modelos de análise já vêm estabelecidos ou usualmente presentes em diversas agências públicas em contextos variados.

Esta conjuntura leva então, a um outro ponto importante em relação as análises feitas tanto dentro da economia quanto em outras ciências. Usualmente nas ciências naturais/biológicas determinados dados são tratados como fatos inegáveis e suficientes para os fins aos quais se destinam. Por meio de diversas adaptações deram-se diversos desenvolvimentos tecnológicos, mas quando tratamos de ciências sociais e comportamento humano tanto nos estudos filosófico-formais quanto econômicos este mesmo pressuposto é muitas vezes tomado. Porém isto torna-se um problema quando tratamos de comportamento humano pois, como alguns há décadas chamam atenção, existe nas ocorrências cotidianas sociais valor

---

<sup>13</sup> ponto já tendo sido muito bem abordado por Amartya Sen (2010).

agregado que é inseparável dessas atuações. Captar determinado comportamento e tratá-lo como fato puro torna-se impraticável, principalmente quando falamos em análise de comportamento humano.

### 2.3 Ética/valor

Para que nossa realidade e observações possam ser tratadas por meio de modelos a fim de compreendermos como mecanismos e sociedades funcionam e podem ser manejados eventualmente é necessário que determinados comportamentos, atos e bens sejam reduzidos e quantificados. Porém, mesmo quando os resultados obtidos a partir destas simplificações possam ser interessantes é necessário que se mantenha em mente a natureza destes dados.

Acontecimentos, bens, decisões e serviços na maioria dos modelos de tomada de decisão são observados a partir de um viés materialista, analisados a partir de concepções absolutas. Desconsiderando diversos aspectos importantes cria-se uma dupla arbitrariedade de deixar de examinar externalidades que podem criar tendências (como motivação), observando mal vieses e eliminar da observação sujeitos que não se encaixam em determinadas concepções, apesar dos esforços recentes para flexibilizar estes critérios

A reivindicação de que determinados juízos são absolutos acaba sendo bem interessante para fins de estudo porém parece criar problemas de falta de correspondência entre a realidade e os pressupostos teóricos. Afinal, apesar de determinados bens como o ouro possuírem um valor consensual bem grande em nossa sociedade parece absurdo dizer que sua importância perante cada ser humano não passa pelas percepções de cada um. Claro que somos imensamente impactados pelo quão importante aquele bem (potencialmente) é para nossos pares na medida em que vivemos e dependemos destes. No entanto agimos de modo diverso em situações diversas, com condições diversas, a partir de humores e sentimentos diversos, então qual seria o consenso absoluto ao se decidir entre

construir uma mina de ouro e um hospital? Caso os valores destes bens sejam considerados absolutos para a sociedade talvez seja fácil decidir, porém e se não forem? Isto indica que estamos escolhendo da maneira errada, especialmente no tocante a bens públicos.

Em um nível de análise das próprias concepções utilizados para caracterização do indivíduo como elegível ou não para os modelos temos valores arbitrários também considerados como absolutos. Atores são considerados racionais (e, portanto, integrantes ativos dessa coletividade) se atuam no sentido de obter o máximo (sendo o “máximo” uma determinação arbitrária) com suas ações. Todos estes conceitos de coerência, racionalidade, maximização são determinados segundos conceitos muito estritos e específicos de sujeitos, sem a necessária correspondência com a realidade e nem constante crítica ou debate que a abordagem ética poderia proporcionar, ao entender a economia como ferramenta subordinada a outros fins. Talvez este panorama funcione muito bem para comportamento mercadológico, mas quando o que está em debate são escolhas coletivas (que devem beneficiar as pessoas coletivamente), estas convenções e julgamentos de riqueza na alocação de recursos devem ser debatidos de forma diferente.

Logo, faz pouco sentido dizer que se está alargando as definições de coerência ou considerando comportamentos irracionais como coerentes quando os critérios de racionalidade e coerência não são universalizáveis, mas sim subjetivos para cada sujeito. Deste modo, transformar algo em utilidade (ou algum outro parâmetro que seja, embora pertencente à mesma categoria, como incentivos financeiros), valorando ações e atuações que tem diversos critérios e vetores subjetivos sob o pressuposto de que o comportamento público em relação a bens públicos direciona-se organicamente segundo valores objetivos é um erro na verdade bastante grosseiro.

Admitir que as atuações não podem ser observadas e analisadas sob o pressuposto de serem “fatos objetivos” é na verdade um caminho para a



construção de prismas de análises mais cuidadosos. Como indica Putnam (pág. 33)

What I am saying is that it is time we stopped equating objectivity with description. There are many sorts of statements—bona fide statements, ones amenable to such terms as "correct," "incorrect," "true," "false," "warranted," and "unwarranted"—that are not descriptions, but that are under rational control, governed by standards appropriate to their particular functions and contexts

ou seja, não necessariamente as observações devem deixar de existir, mas devem ser entendidas sob forma circunstancial, como próprias para cada contexto no qual estão inseridas. Alguma discussão deve existir sobre o rumo de estudos de tomada de decisão sob estes aspectos, mas de qualquer modo, diversos avanços nestes campos na verdade geram políticas institucionais desinteressantes.

O reconhecimento da existência de diversos vetores subjetivos, embora seja um desafio normativo, mesmo com colaboração de verificações e incorporações dos estudos empíricos, é uma necessidade para que se evitem abstrações e burocratização tão disfuncionais em departamentos públicos de tomada de decisão. O aceite destas diretrizes pelo argumento do poder de análise e predição demonstrados em campos diversos nas relações privadas não necessariamente indica o melhor caminho no trato de políticas públicas.

Grande parte destas dificuldades causadas podem ser relacionadas a necessidade de observação material a guiar os vetores e valores observados quando o comportamento humano é analisado. Talvez já tenha passado da hora de admitirmos que fatores imateriais, aqueles que necessitam da interação e interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento por parte da economia devem ser levados em conta, não somente para que se mantenha a credibilidade, necessidade e presença dos estudos econômicos, mas também para que a economia, como ferramenta, possa servir para outro fim além de maximizar e perseguir fins diversos, para que, por meio da política, a economia possa tornar a vida melhor.

### 3 Conclusão

Observando o histórico afastamento entre as chamadas abordagens técnica e ética da economia nota-se a urgência de incorporação de elementos voltados para análise moral e reflexiva tanto da mesma como ciência social e aspectos formais quanto em relação ao seu papel dentro da estrutura social. Deste modo é necessária uma reavaliação e reconsideração na elaborações destes estudos a fim de incorporar características diferentes daquelas valorizadas na construção de modelos para tomada de decisão atualmente, permitindo que sirvam a outros propósitos que não aqueles privados usualmente voltados para concentração de renda, algo provavelmente não tão interessante para a construção de um ambiente social saudável.

Percepções voltadas para as os pressupostos e características adquiridas quando no desenvolvimento de estudos voltados para atuação de tomada de decisão em ambientes privados produziram ótimos resultados, porém mostram-se cada vez mais desastrosas na aplicação em âmbito público. A revisão da base dos conhecimentos normativos usualmente tomados como descritivos e factuais traz luz a dificuldades já observadas na administração pública, que poderia ser fortalecida por uma abordagem menos tecnicista e mais reflexiva em relação a si própria e conhecimentos que outras áreas do conhecimento proporcionam.

Deixando de reduzir acontecimentos e bens a uma métrica única, incorporando peculiaridade na base de dados parece ser um retorno a determinado nível de complexidade no tratamento de dados valorizando a correspondência com a realidade e diminuindo a arbitrariedade nas análises. Toda complexificação vem com custos porém estes deixam de ser tão relevantes na medida em que cria-se uma insustentabilidade no que não toca ao que pode ser valorado em termos de base informacional justamente pela falta de capacidade destes modelos em pensar a melhoria da

vida dos integrantes da sociedade em invés de valores de indivíduos ou grupos particulares.

Afinal é ainda fundamental que se sejam observadas dentro das análises econômicas as considerações apontadas há anos por Amartya Sen e expoentes do seu pensamento em relação ao modo como estes dados são encarados. Além da constante redução em relação a pluralidade da base informacional e empobrecimento da isoinformação presente aquilo que é inserido nos modelos de análise para resultarem em uma decisão a ser tomada são encarados como fatos incontestáveis. Sem revisão de pressupostos de consideração, tratamento e consciência em relação a circunstancialidade as análises econômicas em especial em relação a políticas públicas continuarão a servir a interesses diversos que aqueles voltados para o bem público.

## Referências

- ARISTOTLE. **The Nicomachean Ethics**; translated by David Ross. New York: Oxford University Press, 2009.
- FRANKFURT, H. Equality as a Moral Ideal. **Ethics**, v. Vol. 98, n. 1, p. 21-43, Outubro 1987.
- GOLDIN, J.; RECK, D. Revealed Preference Analysis with Framing Effects. **Journal of Political Economy**, v. vol. 128(7), p. 2759-2795, 2020.
- MAFIOLETTI, G.; PONTIN, F. Invariância e transitividade: um diálogo possível entre Amartya Sen e Kahneman & Tversky. In: SALVETTI, É. F.; BORBA, J. T. H. E. **Estudos sobre Amartya Sen**. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora Fi, v. 7, 2019. Cap. 21, p. 339-355.
- PUTNAM, H. **The Collapse of the Fact/Value Dichotomy and Other Essays**. [S.l.]: Harvard University Press, 2002.
- SEN, A. The Nature and Classes of Prescriptive Judgements. **The Philosophical Quarterly**, v. Vol. 17, n. 66, p. 46-62, 1967.
- SEN, A. On Weights and Measures: Informational Constraints in Social Welfare Analysis. **Econometrica**, v. Vol. 45, n. 7, p. 1539-1572, Outubro 1977.

- SEN, A. Rational Fools: A Critique of the Behavioral Foundations of Economic Theory. **Philosophy & Public Affairs**, v. Vol. 6, n. 4, p. 317-344, Verão 1977.
- SEN, A. Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures. **The Journal of Philosophy**, v. Vol. 82, n. 4, p. 169-221, Abril 1985.
- SEN, A. **On Ethics and Economics**. Malden: Basil Blackwell, 1987.
- SEN, A. Utility: Ideas and Terminology. **Economics and Philosophy**, v. Volume 7 (Issue 02), p. 277 - 283, Outubro 1991.
- SEN, A. From Income Inequality to Economic Inequality. **Southern Economic Journal**, v. Vol. 64, n. 2, p. 383-401, Outubro 1997.
- SEN, A. Maximization and the Act of Choice. **Econometrica**, v. Vol. 65, n. 4, p. 745-779, Julho 1997.
- SEN, A. Behaviour and the Concept of Preference. **Economica**, v. Vol. 40, n. 159, p. 241-259.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SUNSTEIN, C. R. The Cost-Benefit State. **Law & Economics Working Paper**, n. 39, p. 1-52, 1996.
- SUNSTEIN, C. R. Illusory Losses. **Law & Economics Working Papers**, n. 340, p. 1-41, 2007.
- SUNSTEIN, C. R. A Note on Human Welfare and the Administrative State, 2020. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3516919>>. Acesso em: 18 out. 2020.
- WALSH, V. Sen after Putnam. **Review of Political Economy**, v. 15, n. 3, p. 315-394, 2003.